

INOVAÇÕES E DESEMPREGO

Estudo da Conferência da ONU sobre o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) concluiu em 2016 que dois em cada três empregos existentes na América Latina vão desaparecer sob o impacto da automação.

Por automação não se entende apenas a robotização, mas grande número de novas formas de executar um trabalho qualquer. Citou-se o caso das malas que foram dotadas de rodinhas e, com isso, fizeram rodar centenas de milhares de empregos de carregadores, em aeroportos, estações ferroviárias e rodoviárias.

No mundo inteiro os postos de trabalho não estão migrando apenas da indústria para o setor de serviços. Estão passando por grande revolução. Exigir, ou até mesmo esperar, que, nas circunstâncias, prolifere apenas o trabalho formal é de um irrealismo atroz, segundo Celso Ming (Estado de São Paulo – 19/4/18), é claro que a disseminação do trabalho autônomo é mais um sério destruidor das finanças dos sistemas de previdência social, se não por outra razão, pelo simples fato de que não há mais o empregador que contribua com sua parte. As sociedades enfrentarão mais essa bomba.

Pretender segurar essa pressão em nome da preservação dos empregos não é apenas inútil é, também, um jeito de negar o dinamismo da história.

Uma das maneiras é usar esses recursos digitais para criar novas formas de ocupação. Já não serão empregos convencionais. Têm mais a ver com trabalho independente, por conta própria.

CAOS NO STF

O advogado, ex-ministro da Justiça e consultor da Presidência da CNC, Bernardo Cabral, em artigo publicado no jornal A Crítica (AM), assinala o caos em que se encontra o Supremo Tribunal Federal. Cabral relata a história da criação do STF e afirma que, com a Constituição ora vigente, promulgada em 05 de outubro de 1988, o Supremo Tribunal Federal é órgão da cúpula do Judiciário e a ele compete, precipuamente, a guarda da Constituição. “Pena é que um ou outro Ministro, em alguns momentos, tente disputar a Pauta, quebrando a ordem regimental que comanda os trabalhos da Suprema Corte, afora os desaforos que ali são trocados. Isso me lembra o meu velho pai: "na casa em que falta comida, todos choram e, quando falta autoridade, todos pretendem mandar e ninguém obedece". E digo eu: isso é o caos!!!”

(Jornal A Crítica – AM – 15/4/18)

“Pode ter um efeito cascata a decisão da Segunda Turma do STF que retirou da alçada do juiz Sergio Moro casos derivados da delação da Odebrecht que envolvem Lula. A "sugestão" do ministro Gilmar Mendes de que o ex-presidente pode ter a pena reduzida, diz Lydia Medeiros (O Globo, 25/4/18) deve levar a pedidos de revisão em série de condenações. O ministro ofereceu um novo caminho à defesa petista. Afirmou que lavagem de dinheiro e corrupção passiva podem ser um mesmo crime. Logo, a primeira condenação poderia ser anulada e o segundo crime, prescrito. "Lula serve como um gordo boi de piranha para levar tranquilidade e limpar o caminho dos delinquentes de colarinho branco investigados pela Lava-Jato e por

outras operações de combate à corrupção", critica o deputado Miro Teixeira.”

A ECONOMIA PARA O PRÓXIMO GOVERNO

Na opinião do Dr. Roberto Nogueira, Consultor da CNC, a política econômica desejável para 2019, a partir de um novo Governo (seja qual for), seria aquela que:

1. Preserve a renda per capita e das famílias, o consumo e a força do mercado interno.
2. Estimule o investimento privado produtivo, retirando entraves fiscais e financeiros.
3. Não crie barreiras inconscientes ao comércio externo, seja por meio de tarifas excessivas para a importação ou pelo uso do câmbio como estímulo à exportação e desestímulo à importação.
4. Adote postura e políticas equilibradas em relação ao legítimo uso de incentivos fiscais pelas unidades federadas.
5. Mantenha a política de metas inflacionárias e a inflação próxima ao centro da meta com viés de baixa.
6. Não adote nem estimule quaisquer outras políticas que tenham por base cunho discriminatório, ideológico e arbitrário em relação ao setor empresarial.
7. Não adote políticas comerciais e de preço, incluindo controle e limitações institucionais de consumo, que firam o princípio da economia de mercado.
8. Seja rígida em matéria de controle de gastos e renúncia de receitas.

AJUSTE FISCAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Respaldando a opinião de Felipe Salto e Josué Pelegrini (O Estado de São Paulo – 24/4/18), é evidente que a economia nacional experimente uma nítida recuperação nestes primeiros meses de 2018: o PIB (IBC-Br) cresce 1,80%, a produção industrial sobre 4,3%, as vendas do comércio expandem 5,9% e a taxa de desemprego reduziu de 13,2% em fevereiro/2017 para 12,6%, em fevereiro/2018. Mas, a economia ainda sofre as travas da baixa taxa de investimentos, especialmente no Governo federal, o que sugere uma reformulação da administração fiscal para reprogramar a Previdência Social.

O POVO TEM O GOVERNO QUE MERECE

De um modo geral, o povo brasileiro é bom, generoso, trabalhador e honesto. Daí que esse aforismo não é, verdadeiramente, uma explicação para o que vem ocorrendo no País, cercado de corrupção por todos os lados. Servidores públicos, políticos, diretores de empresas públicas e privadas associaram-se à corrupção generalizada para assaltar os cofres da Nação. A cada dia, revela-se um novo quadro de corrupção e novos grupos de corruptos, em grande parte identificados, julgados, condenados e presos.

Nossa esperança é que, nas próximas eleições de outubro o povo saiba selecionar seus representantes no Governo, para punir os corruptos e eleger novo grupo de governantes capaz de mudar o quadro atual.

Essa é a oportunidade que o sistema democrático assegura a todos nós: eleger os melhores, os mais competentes, de comprovada honestidade. A escolha é nossa.

ATIVIDADES ECONÔMICAS

O indicador de nível da atividade da indústria da construção avançou 0,9% na passagem de fevereiro para março, atingindo 47,1 pontos, segundo a Sondagem da Indústria da Construção, divulgada pela CNI. Trata-se de um patamar inferior ao neutro (50,0 pontos), indicando queda do nível de atividade. Esse resultado, contudo, é melhor do que o observado no mesmo mês de 2017 (44,5 pontos) e mantém a trajetória de recuperação observada ao longo deste ano. Já os indicadores de confiança e de expectativas, referentes a abril, indicam retração. O Índice de Confiança do Empresário da Construção (ICEI-Construção) desacelerou e alcançou 54,8 pontos neste mês, ante os 57,0 de março. Esse movimento foi influenciado tanto pelo componente de condições atuais como pelo de expectativas. As expectativas para o nível de atividade, novos empreendimentos e serviços, compra de insumos e número de empregados recuou na leitura atual, mas estão acima do patamar de 50 pontos.

PIB e Investimentos

O investimento público chegou ao fundo do poço em 2017, quando União, Estados e municípios investiram o equivalente a 1,17% do Produto Interno Bruto (PIB) – o menor nível em quase 50 anos. A situação é tão grave que, no ano passado, o recurso aplicado pelos três níveis de governo não foi suficiente para garantir a conservação de estradas, prédios e equipamentos que pertencem ao poder público.

A economia brasileira vem dando sinais de enfraquecimento neste início de ano. O desconforto com a lentidão da recuperação leva o Governo a estudar medidas de estímulo que ajudem a dar algum fôlego à economia no curto prazo. Mas dificilmente se evitará que o setor

da construção volte a ter um desempenho inferior à média da economia no biênio 2018-2019.

O resultado do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) em fevereiro corroborou as avaliações de que a economia teve um desempenho fraco no começo do ano. Com uma alta modesta de 0,09% em relação a janeiro, feito o ajuste sazonal, o indicador confirma que a retomada da atividade é bastante lenta.

Indústria

A produção industrial caiu em 8 dos 15 locais pesquisados pelo IBGE de janeiro para fevereiro, apesar de ter registrado crescimento na média total no País. As maiores quedas foram registradas no Pará (-10,9%), no Amazonas (-5,9%) e no Mato Grosso (-4,45). A produção também recuou nas indústrias de Minas Gerais (-2,8%), Espírito Santo (-1,1%), Ceará (-0,7%), São Paulo (-0,5%) e Rio Grande do Sul (-0,1%). A produção da indústria cresceu 0,2% em fevereiro frente a janeiro, na série com ajuste sazonal. O resultado de fevereiro veio abaixo do registrado no mesmo mês do ano passado (1,2%) e ficou longe de recuperar o recuo de 2,2% registrado em janeiro, refletindo a retomada ainda lenta da economia. Tiveram resultados positivos, Paraná (3,3%), na Região Nordeste (2,6%), em Pernambuco (1,3%), e Rio de Janeiro (1,2%). Santa Catarina (0,9%) e Bahia (0,9%) também registraram taxas positivas. Já a produção industrial em Goiás ficou estável.

Comércio

A CNC revisou para baixo sua projeção de vendas do varejo após a divulgação de um resultado fraco em fevereiro.

A nova expectativa é de que as vendas no comércio cresçam 5% em 2018, abaixo dos 5,2% previstos anteriormente pela CNC.

As vendas do comércio varejista brasileiro recuaram 0,2% em fevereiro na comparação com janeiro (com ajuste sazonal), de acordo com dados divulgados pelo IBGE. No acumulado em 12 meses, houve um incremento de 2,8% em fevereiro nessa base de comparação, ante um avanço de 3,1% em 12 meses encerrados em janeiro.

Agricultura

O Ministério da Agricultura elevou sua estimativa para o Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária do País em 2018. Segundo levantamento divulgado pelo Departamento de Crédito e Estudos Econômicos do Ministério, o montante deverá somar R\$ 530,1 bilhões, R\$ 14,2 bilhões a mais que a projeção de março, mas 3,7% inferior ao recorde do ano passado, quando o VBP totalizou R\$ 550,4 bilhões.

O total agrícola segue puxado pela soja, cujo valor da produção está estimado em R\$ 124,7 bilhões para este ano, aumento de 3,8% em relação ao ano passado.

Mercado de Trabalho

Os dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), registraram abertura de 56,1 mil vagas formais de trabalho em março.

Segundo dados do IBGE o desemprego no Brasil atingiu 13,1% no trimestre em cerrado em março, maior nível desde maio de 2017. No País, 13,7 milhões de pessoas estão desempregadas.

O índice ficou acima de esperado pelo mercado e pouco abaixo do registrado no mesmo trimestre do ano passado (13,7%).

Sistema Financeiro

O estoque total de crédito no Sistema Financeiro Nacional (SFN) atingiu o patamar de R\$ 3,082 trilhões em março, de acordo com dados divulgados pelo Banco Central. Na comparação com fevereiro, houve crescimento de 0,6% (sem ajuste sazonal), resultado da expansão tanto das carteiras de pessoa jurídica (PJ) como as de pessoas física (PF) ambas registrando altas de 0,6%. Na comparação com o mesmo período de 2017, houve alta de 0,1%. No primeiro trimestre ao ano, as concessões apresentaram elevação de 3,3% em termos reais, descontada a inflação, o que foi impulsionado positivamente pelas linhas com recursos livres, tanto de PF quanto de PJ.

Inflação

O IGP-M de abril variou 0,57% ante a alta de 0,64% no mês anterior, conforme divulgado pela FGV. Acumulado em doze meses, o índice registrou elevação de 1,89%. A desaceleração na margem foi explicada pela menor variação dos preços no atacado, tanto agrícolas como industriais: o IPA agrícola passou de uma elevação de 3,3% para 2,7% no período; já os preços industriais passaram de uma alta de 0,12% para 0,03%, incorporando a deflação mais intensa do minério de ferro. Por sua vez, o IPC acelerou de 0,14% para 0,31%, enquanto o INCC passou de alta de 0,23% para 0,28%.

Setor Público

A arrecadação total da Receita Federal foi de R\$ 105,6 bilhões em março, ligeiramente abaixo do esperado pelo mercado (R\$ 109,9 bilhões). Tal montante é o maior para o mês desde 2015 e representa um crescimento real de 3,95% em relação ao mesmo período de 2017. No acumulado do primeiro trimestre deste ano, a arrecadação somou R\$ 366,4 bilhões, um avanço interanual de 8,42% em termos reais. As receitas seguem favorecidas pela retomada gradual da atividade econômica e por fatores não recorrentes, como o parcelamento de débitos tributários e a alteração na legislação do PIS/Confins.

As contas do Governo registram déficit nominal de R\$84,84 milhões, até março, com superávit primário de R\$4.391 milhões e juros de R\$89.202 milhões.

A dívida pública bruta chegou a R\$4.984.708 bilhões (75,3% do PIB), acréscimo de R\$130.029 bilhões até março.

Setor Externo

Em março de 2018. As transações correntes foram superavitárias em US\$798 milhões, inferior ao resultado positivo de março de 2017, US\$ 1,4 bilhão. Essa redução proporcionou ligeira elevação no déficit em transações correntes, acumulando em 12 meses US\$ 8,3 bilhões, até março.

O superávit comercial atingiu US\$ 6,0 bilhões em março, com redução na comparação com igual mês de 2017, em função da maior taxa de crescimento das importações.

A economia da China cresceu 6,8% no primeiro trimestre de 2018, na comparação com o mesmo período do ano anterior, impulsionada pela demanda

do consumidor, exportações e investimento imobiliário.